

## Movimento abolicionista na Parahyba do Norte a partir da atuação de Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso (1862-1864)

*Abolitionist movement in Parahyba do Norte from the performance of Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso (1862-1864)*

*Movimiento abolicionista en Parahyba do Norte a partir de la actuación de Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso (1862-1864)*

*Aldenize ladislau<sup>1</sup>*

**Resumo:** Na segunda metade do século XIX, Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso fundou, na Província da Parahyba do Norte, a Instituição de Caridade de S. João Evangelista. Essa foi a primeira associação da província cujo objetivo era alforriar e dar assistência aos então escravizados. A associação aceitava entre seus sócios homens e mulheres de outras províncias e países. Em uma das publicações do jornal *O Publicador* aparece uma lista dos sócios instaladores da Sociedade, incluindo a fundadora. Este artigo tem como objetivo dar visibilidade ao movimento abolicionista feminino paraibano a partir da utilização de periódicos como fonte, uma vez que foram encontradas inúmeras menções à Maria Gayoso e ao funcionamento da instituição. Utilizou-se da História Cultural e da perspectiva dos Estudos de Gênero como arsenal teórico para compreensão de sua trajetória.

**Palavras-chave:** Abolicionismo, escravidão, gênero.

**Abstract:** In the second half of the 19th century, Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso founded, in the Province of Parahyba do Norte, the Institution of Charity of S. João Evangelista. This was the first association in the province whose objective was to free and provide assistance to those who were enslaved at the time. The association accepted men and women from other provinces and countries among its members. In one of the publications of the newspaper *O Publicador* there is a list of the founding members of the Society, including the founder. This article aims to give visibility to the female abolitionist movement in Paraíba from the use of periodicals as a source, since numerous mentions of Maria Gayoso and the functioning of the institution were found. Cultural History and the perspective of Gender Studies were used as a theoretical arsenal to understand its trajectory.

**Keywords:** Abolitionism, slavery, gender.

**Resumen:** En la segunda mitad del siglo XIX, Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso fundó, en la Provincia de Parahyba do Norte, la Institución de Caridad de S. João Evangelista. Esta

---

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da (UFPB). Formada em História (Licenciatura) na Universidade Federal da Paraíba. Professora de História na Escola João Fernandes na cidade de Bayeux. E-mail: denize.silva2015@hotmail.com.

fue la primera asociación en la provincia cuyo objetivo era liberar y brindar asistencia a los que estaban esclavizados en ese momento. La asociación aceptaba entre sus miembros a hombres y mujeres de otras provincias y países. En una de las publicaciones del diario *O Publicador* se encuentra la lista de los miembros fundadores de la Sociedad, incluido el fundador. Este artículo tiene como objetivo dar visibilidad al movimiento abolicionista femenino en Paraíba a partir del uso de periódicos como fuente, ya que se encontraron numerosas menciones a Maria Gayoso y al funcionamiento de la institución. Se utilizó la Historia Cultural y la perspectiva de los Estudios de Género como arsenal teórico para comprender su trayectoria.

**Palabras clave:** Abolicionismo, esclavitud, género.

\*\*\*

## Introdução

A Instituição de Caridade de São João Evangelista – criada por Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso –, foi a primeira associação da província cujo objetivo era alforriar e dar assistência aos então escravizados. De acordo com Souto, a sociedade “foi instalada em 27 de dezembro de 1862 pelos sócios instaladores. No entanto, seus estatutos só foram escritos três meses depois, em 28 de fevereiro de 1864 e, aprovados em reunião no dia 10 de abril”.<sup>2</sup> A associação aceitava entre seus sócios homens e mulheres de outras províncias e países. Em uma de suas publicações do jornal *O Publicador*, aparece uma lista dos sócios instaladores da Sociedade na Parahyba, entre os nomes destacam-se as mulheres paraibanas ou residentes na província: “1- Anna Paulina Rodrigues Chaves; 2- D. Maria Francisca de Moura Reis; 3- Anna Alexandrina de Lima Mindello; 4- Anna Genoveva Rodrigues da Silva; 5- Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso; 6- Clementina Gomes de Sousa Shalders; 7- Luiza Gomes de Souza”<sup>3,4</sup> A lista como se pode ver inclui o nome da fundadora.

A partir do cruzamento de informações do jornal *O Publicador* com as do *site Family Search*<sup>5</sup> foi possível estabelecer uma parte da árvore genealógica da fundadora da Sociedade Caridade de S. João Evangelista. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso nasceu no ano de 1838, na cidade de São Luiz, província do Maranhão, Brasil. Casou em 1859, aos 21 anos,

<sup>2</sup> SOUTO, Pedro Nicácio. *As últimas décadas da escravidão na Parahyba do Norte (1860-1910)*. São Paulo, Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2021, p. 215.

<sup>3</sup> *O PUBLICADOR*, 1864, p. 3.

<sup>4</sup> Para além de Maria Gayoso, não encontramos informações sobre as outras mulheres sócias instaladoras citadas nesta notícia.

<sup>5</sup> Informações sobre o parentesco de Maria Barbara Gomes Souza Gayoso está disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/timeline/MZ5H-2YS>, acesso em 10 de fev de 2022.

com Antonio Brito de Souza Gayoso, este também de origem maranhense, nascido no ano de 1834.

As fontes indicam que tiveram ao menos três filhos: Jose Gomes de Souza Gayoso, nascido em 1860; o filho que deu nome à Sociedade: João Evangelista de Souza Gayoso, nasceu em 1861 e veio a falecer com idade de dois anos em 1863; e Maria Evangelista Gomes de Souza Gayoso, nascida em 1863 e falecida em 1929.

As informações sobre Maria Gayoso e a Instituição abolicionista foram encontradas em um dos jornais mais longevos e o primeiro a ter periodicidade diária na Província da Parahyba do Norte, intitulado: *O Publicador*. Circulou entre os anos de 1862 e 1886. Era consumido pela leitura de homens e mulheres, além de ser o jornal oficial do governo da Província na década de 1860. Em uma de suas seções, denominada de *A Pedido*, é possível encontrar os Estatutos da Sociedade Caridade São João Evangelista divulgados em sua íntegra. José Rodrigues da Costa, proprietário deste jornal fazia parte dos sócios dessa instituição, o que explica a notoriedade dada à sociedade abolicionista em seu periódico.

A íntegra do Estatuto da Sociedade apresenta 6 capítulos, contendo 54 artigos que, respectivamente, se referem ao modo de organização e finalidade do instituto; as obrigações dos/as sócios/as; da Diretoria da sociedade; das reuniões entre os/as sócios/as e trabalhos que faziam; da alforria de escravizados/as e as obrigações por eles contraídas; e demais disposições inseridas no Estatuto. A Sociedade foi instalada em 27 de Dezembro de 1862. A íntegra de seu Estatuto foi publicada em 28 de Fevereiro de 1864, redigido pelos senhores: Felisardo Toscano de Brito; Vigário Joaquim Antonio Marques; Dr. João da Matta Corrêa Lima; Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso; Manoel Porfírio Aranha; Dr. Antonio Henriques de Almeida; e Thomás d’Aquino Mindêllo.

Foi entre os anos de 1862 a 1864 que ocorreu o processo de criação e início do funcionamento da Instituição, por isso, escolhemos este período para demarcar as análises feitas neste artigo. O nome de Maria Gayoso é mencionado recorrentemente no jornal, por ter sido uma mulher que obteve destaque na vida urbana da Cidade da Parahyba e que realizou uma atividade pública ao ser a fundadora de uma sociedade abolicionista. Desta maneira, foram selecionadas algumas notícias para traçar a sua trajetória no movimento da luta pelo fim da escravidão na província paraibana, bem como para alcançar a finalidade deste trabalho que é dar visibilidade às experiências históricas de uma mulher pouco conhecida da historiografia nacional e local.

Como referencial teórico-metodológico foram utilizados estudos de autores ligados ao campo da História da Imprensa e História das Mulheres. Desse modo, é preciso fazer a seguinte questão: Qual a importância de Maria Gayoso no movimento abolicionista da Província da Parahyba do Norte e sua contribuição para os estudos de gênero? A reflexão sobre a sua trajetória de vida já é o início da resposta.

### **História das mulheres e Gênero**

Escrever a história das mulheres exige, dentre seus percalços, “provar e comprovar” que somos, como os homens, pessoas atravessadas de historicidade, igualmente constituídas em meio à experiência histórica, ao dinamismo do tempo histórico, que envolve a relação, sempre assimétrica, entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Como integrantes da humanidade, também estamos presentes na história, fazemos história, escrevemos histórias<sup>6</sup>.

A reflexão apresentada por Muniz expressa o desafio que é pensar as mulheres como sujeitos da história, providas de historicidade. Para torná-las presentes na escrita do passado humano destaca a cobrança – de quem atua no campo da história das mulheres – em demonstrar a capacidade de serem, ao longo do tempo, promotoras de transformações nas esferas sociais, culturais, econômicas, entre outras. No entanto, se chegamos ao século XXI com questionamentos acerca de como contar as suas histórias, em períodos anteriores, até pelo menos o século XIX, o que existia era uma ausência, acompanhada de uma visão universalista de quem detinha o protagonismo na narrativa da humanidade.

Como bem disse Lerner “a questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido”.<sup>7</sup> A partir do que se denominou como visão metódica ou positivista da história, era ao dito “sujeito universal” – moldado pela figura do homem –, dada a responsabilidade de representar o mundo. Por esta perspectiva, Pedro esclarece que havia a crença de “ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade”.<sup>8</sup> Na prática do ofício, o que

<sup>6</sup> MUNIZ, Diva. do C. Gontijo. *Sobre História e Historiografia das Mulheres*. Caderno Espaço Feminino, 31(1). <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>, p. 148.

<sup>7</sup> LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão as mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sellera – São Paulo: Cultrix, 2019.

<sup>8</sup> PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

se viu até o início do século XX, foram historiadores tratando de registros históricos que especificavam, em sua grande maioria, homens de cor branca e de origem ocidental.

Ancorados ao que se convencionou chamar de história tradicional, em que dois grandes expoentes foram Charles V. Langlois e Charles Seignobos, autores do manual de metodologia *Introdução aos Estudos Históricos*, o discurso produzido pelos historiadores metódicos pautava-se na ideia de descrever os acontecimentos de modo a chegar a uma verdade mais “objetiva”, “factual”, baseada também na descrição dos acontecimentos políticos, à história dos reis, das guerras, e de heróis. As críticas posteriores de Bloch (e a Escola dos Annales), na década de 1920, chamaram atenção para a questão da “subjetividade”, dos limites da “verdade histórica”, bem como para ampliação do que devia ser reconhecido como fonte e sujeitos históricos. É a partir desta nova visão que as mulheres começam a garantir legitimidade dentro do campo historiográfico.

Durante a década de 1960, há a emergência de correntes historiográficas que tornou possível a inserção das mulheres como sujeitos ativos na história, a exemplo do revisionismo neomarxista, Escola de Frankfurt, historiadores das mentalidades e do discurso. Também a partir dos campos da Nova História Cultural e História Social ocorreu a busca em integrar o cotidiano dos sujeitos até então excluídos da narrativa, como os operários, crianças, escravizados, camponeses, mulheres. Ou seja, as pessoas comuns da sociedade possuíram por meio destas novas abordagens olhares de historiadores que se propunham a trazê-los para o centro do debate.

No Brasil, a entrada das mulheres na historiografia foi efetivada nos anos de 1980, com a publicação de pesquisas que identificaram as mulheres agindo no espaço público ou privado, vivendo em condições de pessoas livres ou escravizadas, disputando poder dentro do espaço familiar e patriarcal, ou ainda, sendo pensadas a partir de representações presentes nos registros históricos sob o olhar dos homens.

Adiante, na década de 1990, o recente campo passa por uma transformação, originária da implementação da categoria “gênero”, que fora incorporada ao vocabulário dos trabalhos acadêmicos, principalmente, após a publicação do artigo da historiadora norte-americana Joan Scott, denominado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Para Scott, “O gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens”.<sup>9</sup> Tomado, nas ciências humanas,

---

<sup>9</sup> SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995, p. 75.

como um conceito vinculado às relações de poder exercidas entre homens e mulheres (mas também entre outras combinações onde exista o domínio da hierarquização de um indivíduo sobre outro), pensar a questão de gênero viabilizou o conhecimento de histórias nas quais as mulheres eram percebidas submissas à figura de seus pais, maridos e filhos. O que também permite compreender a forma como foram representadas nos registros históricos: possuindo dificuldades em adentrar na esfera da educação, de ter voz na política, ou até, de exercer com liberdade atividades públicas.

No entanto, de acordo com a definição elaborada por Scott e interpretada por Pedro e Soihet:

“Gênero” dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado.<sup>10</sup>

No entanto, historiadores que se utilizam desta categoria problematizam a confusão que se criou a partir de trabalhos que relacionaram o termo “gênero” e “história das mulheres” como sinônimos, ou, apresentando o conceito sem relacionar com o reconhecimento de hierarquia de poder. Alguns recorrem a outras categorias, como “mulher” e “mulheres”.

A categoria “mulher” possibilitaria não só discorrer sobre as diferenças, mas também aquilo que configurava uma semelhança entre as experiências delas na história. Já a categoria “mulheres” sofreu uma mudança na forma unívoca como era percebida até o final da década de 1970. As críticas vieram com o movimento feminista que se atentaram para o fato de não bastar apenas fazer a diferenciação entre mulheres e homens, mas também entre a diversidade de identidades que compunham esta categoria. Segundo Pedro e Soihet “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma diferença – dentro da diferença”.<sup>11</sup>

Nesse sentido, ao entender os significados atribuídos à categoria “gênero” percebemos como as experiências vivenciadas pelas mulheres na Parahyba do Norte, particularmente Maria Gayoso, no século XIX, estavam socialmente e culturalmente relacionadas por

<sup>10</sup> PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

<sup>11</sup> PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

comportamentos ou ideologias que as viam como hierarquicamente inferiores aos homens, seja na esfera pública ou privada.

Conclui-se este tópico com a reflexão feita por Muniz ao pensar nos trabalhos que visibilizam as mulheres no fazer da história:

Pesquisar, escrever e ensinar história é um ato político. Escrever a História das Mulheres é um ato explicitamente político, posicionado, comprometido com o projeto de mudança das e nas relações entre mulheres e homens [...] É um ato que nos exige pensar e praticar a história insistindo em afirmar e lutar para assegurar aquilo que toda e qualquer pessoa tem de mais valioso: sua dimensão humana, sua humanidade.<sup>12</sup>

Adiante é dada ênfase, mais especificamente, na atuação de Maria Gayoso e a instituição de caridade e abolicionista fundada e dirigida por ela.

### **Sociedade Caridade de São João Evangelista: primeira instituição abolicionista fundada na Província da Parahyba do Norte por uma mulher**

A ação de Maria Gayoso em criar na Parahyba do Norte a associação abolicionista é saudada em uma notícia vinda da província do Ceará e que virou matéria no *O Publicador*:

#### **Seção Transcrição.**

A' Illm.<sup>a</sup> e Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria B. Gomes de Souza Gayoso. Senhora soube que haveis instituído na Capital da Parahyba uma sociedade com o fim de libertar os escravos, e agora tive o inefável prazer de ler o vosso discurso inaugural [...] faltava uma voz de mulher, que despertasse esse incrível exercito soltando o primeiro brado; vós, senhora, o soltastes; instituístes uma sociedade simbolizando-a com o amor maternal na denominação que lhe deste de S. João Evangelista - de vosso filho... desse João Evangelista, que hoje eu tanto amo por ter despertado tão Santa ideia; agora é mister prosseguir, continuar a revolução, implantar a semente nos corações maternos, cultiva-la depois com desvelos; é mister constância, é mister coragem! [...]. Ceará - Pacatuba, março de 1864 (*O PUBLICADOR*, 1864, p. 3. Grifos meus).

Além do jornal cearense, outras províncias anunciaram a instituição da Sociedade Caridade S. João Evangelista, na Parahyba do Norte, por meio dos periódicos: *Correio Sergipense: folha oficial, política e literária* (SE); *Diario de Pernambuco* (PE); e o *Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal* (RJ). Fazendo, assim, com que houvesse uma

<sup>12</sup> MUNIZ, Diva. do C. Gontijo. *Sobre História e Historiografia das Mulheres*. Caderno Espaço Feminino, 31(1). <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>, p. 164.

circulação do conhecimento sobre os feitos da referida entidade, o que ajudava na entrada de novos sócios-colaboradores vindos de outras províncias do Império.

Exemplo disso é o caso de Juvenal Galeno. Poeta aclamado pela crítica da época que se juntou à instituição como um dos sócios instaladores de fora da Parahyba. Seu nome nas fontes está associado à província do Ceará. Se comunicava diretamente com a diretoria da sociedade através de correspondências, algumas delas noticiadas na imprensa cearense, como a publicação em que conta detalhes do que o motivou escrever a lenda destinada à senhora Maria Gayoso:

**Correspondência do poeta Juvenal Galeno:**

Agora permiti que vos ofereça a minha lenda – A Escrava – a história de uma dessas filhas do infortúnio, que todos os dias encontramos, com o corpo retalhado pelo azorrague nefando do cativo, e com o desespero na alma. Escrevi-a em uma hora de recolhimento, talvez com pranto... condoído de tantas infelizes, como escrevi essas canções de igual fim, que impressas correm no meio do povo, procurando corações neste século de egoísmo e indiferença!

Compreendereis, estou certo, esta triste lenda, aceitai-a, pois, senhora; consenti que assim prove a veneração e estima que vos consagro; e que assim proteste a minha adesão a missão divina de que vos encarregastes. Aceitai-a, e escrevei o meu nome na lista de vossos consócios.

Ceará. – Pacatuba, março de 1864.

O vosso mais humilde servo  
Juvenal Galeno. (*O Publicador*, 1864, p. 2. Grifos meus).

A correspondência de Galeno deixa clara sua adesão à sociedade abolicionista e demonstra a estima que tinha pela fundadora Maria Gayoso, bem como deixa entender a sua circulação como homem letrado da época nos ambientes populares, de onde extraía as experiências contadas em suas lendas. Escrever sobre o cotidiano das pessoas era a principal característica dos seus poemas. À época foi visto pela crítica literária como autor que mostrava inteligência, imaginação e gosto pelas tradições populares, servindo-se da melodia do verso para retratar os costumes do povo mais rústico.

Seu texto contendo a lenda sobre “A Escrava” foi publicado no jornal *O Publicador*, em 1864. Segundo o próprio autor, trata-se de uma lenda popular que, costumeiramente, era contada por “uma velha” a noite junto à fogueira. A história contada na lenda era a de Maria, nascida no Congo, com condição de livre. Quando virou moça, passeando pelo bosque perto de sua casa, foi capturada, amarrada e posta em uma embarcação rumo ao Brasil. A mando do seu Senhor, Maria casou-se com um escravo, que foi vendido, já sendo seu companheiro por mais de um ano e deixando-a com um filho no colo. Maria, de tanta tristeza adoeceu, sua enfermidade secou o leite e, provavelmente de fome, o filho veio a falecer. Quando soube da

morte do filho, Maria ficou muito desapontada e calou-se de vez, em seguida teve um ataque de fúria, enlouqueceu e morreu<sup>13</sup>.

Juvenal Galeno finda a história contando que a velha terminava a lenda chorando copiosamente junto à fogueira. Além da lenda “A Escrava”, aparecem nos jornais da época publicações do mesmo autor como o volume de poesias denominado “Lendas e Canções Populares”. O intuito da referida publicação nos jornais do período, ao que parece, visava sensibilizar os leitores sobre a condição dos escravizados, em particular, das mulheres cativas. Destinar como correspondência a Maria Gayoso significava disseminar apoio à causa abolicionista que a tinha como referência, uma mulher à qual gozava de respeitabilidade e reconhecimento dentro e fora da província paraibana.

Sobre os objetivos da instituição de Caridade S. João Evangelista, eles estiveram definidos em uma das notícias que, para além de libertar escravizados, socorria também órfãos e as viúvas. Sendo, nesse sentido, uma sociedade abolicionista filantrópica, como destaca a publicação seguinte:

#### **Anúncio da criação da Sociedade Caridade São João Evangelista**

Beneficência – com este título fundaram o Sr. Dr. Antonio de Brito de Sousa Gayoso, chefe de polícia da Parahyba, e sua senhora a Exma. D. Maria Barbara Gomes de Sousa Gayoso na Capital da Parahyba, uma associação phylantrópica com o sublime fim de libertar os escravos e socorrer aos órfãos e viúvas. (*O Cearense*, 1864, p. 1-2. Grifos meus).

Segundo Alonso, as mulheres “não adentraram ao abolicionismo como bloco; dividiram-se conforme a hierarquia da sociedade imperial, entrando por três portas”.<sup>14</sup> Maria Gayoso adentra no movimento por meio de duas destas portas: primeiro pela via da filantropia, seguindo pela via do acompanhamento de um homem, seu marido Antonio Gayoso. A terceira via de entrada estava destinada aos artistas, entre eles, as atrizes e instrumentistas que se utilizavam dos seus talentos e do ambiente do teatro para propagarem o movimento abolicionista.

Para Macena, “a filantropia foi convenientemente usada como tática de atuação, uma causa eminentemente política”.<sup>15</sup> Nesse sentido, a autora chama atenção para o aspecto

<sup>13</sup> *O PUBLICADOR*, 1864, p. 2-3.

<sup>14</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 82.

<sup>15</sup> MACENA, Fabiana Francisca. *Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2015, p. 240.

politicizado que havia, em particular, nas associações abolicionistas lideradas por mulheres que, também, denominavam como ações de caridade, reforçando a imagem naturalizada da vocação da mulher em ser generosa, materna e caridosa – essa visão disseminada no século XIX, no entanto, não deve encobrir a perspectiva política que embalou as mulheres participantes do movimento. De acordo com Nunes, “as mulheres envolvidas no movimento abolicionista experimentaram participar de movimento social e político pela primeira vez de maneira mais concreta”<sup>16</sup>. Uma ação coletiva que as colocaram no convívio dos espaços públicos e deu a elas a condição de pessoa política.

Na Parahyba do Norte a criação da primeira instituição abolicionista se deu após o falecimento de João Evangelista, seus pais: Maria Barbara Gomes de Sousa Gayoso e Antônio de Brito de Sousa Gayoso decidiram fundar uma associação voltada para eliminar, ainda que parcialmente, a escravidão na província. O nome da referida instituição seria o de seu filho falecido. Segundo Silva, “O artigo 48 do estatuto previa que os escravizados libertos pela associação deviam adicionar aos seus nomes o complemento de S. João Evangelista”.<sup>17</sup> Esse registro simbolizava uma homenagem ao filho do casal, mas também demonstra um elemento de submissão, bem como de difusão da causa abolicionista pregada pela família Gayoso. Para Silva, “esses aspectos denotam o perfil emancipacionista baseado em um discurso religioso e humanitário no qual a associação foi formada”.<sup>18</sup> No *O Publicador* há um poema assinado por “Um amigo”, em que comenta o falecimento do filho e a ligação que fizeram desse acontecimento com a Instituição que leva seu nome:

#### **A Prematura e Sentida Morte do Menor João Evangelista**

Filho do Illm. Sr. Dr. Antonio de Britto Souza Gayoso e da Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso, fundadores na cidade da Parahyba do Norte da Associação de Caridade de S. João Evangelista, em memória do mesmo filho, falecido naquela cidade no dia 21 de dezembro de 1863 aos 2 anos de idade.

[...] Assim fala do peito retalhado,  
Estremecida mãe, com a cor perdida,  
Para a mimosa flor, seu filho amado,  
Que se despede da inocente vida.  
[...] Era um ente bem ditoso;  
Mas ao toque pavoroso,

<sup>16</sup> MUNIZ, Diva. do C. Gontijo. *Sobre História e Historiografia das Mulheres*. Caderno Espaço Feminino, 31(1). <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>, p. 5.

<sup>17</sup> SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição na Parahyba do Norte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, João Pessoa, 2016, p. 57.

<sup>18</sup> SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição na Parahyba do Norte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, João Pessoa, 2016, p. 58.

Da morte caio... faz dó!  
 O que era ontem formoso,  
 Caro, forte, esperançoso  
 Ai! É hoje apenas – pó!  
 Pais extremosos, que chorais ainda,  
 Vosso pranto secai, sede contentes,  
 Que o vosso filho amado, entre inocentes  
 Anjos, viver foi vida mais linda;  
 E pra vos consolar e dar mais glória, em prol da escravidão e da orfandade,  
 Vos inspirou sublime caridade  
 Que tem seu nome que registra a história.

Por um amigo.<sup>19</sup>

A presidência da sociedade ficou nas mãos de Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso, e à frente da vice-presidência esteve seu marido, o então chefe de polícia da Cidade da Parahyba Antônio de Britto de Sousa Gayoso. Havia reuniões constantes na Associação, incluindo a presença dos sócios e também daqueles que estavam “concorrendo” à alforria. Era prática recorrente a concessão de alforrias a cada evento ou reunião das associações.

Na Província da Parahyba do Norte, a Sociedade de Caridade de S. João Evangelista foi a primeira, mas não a única a exercer atividades de cunho abolicionista nesta província. Havia ainda outras seis, denominadas: Emancipadora Areiense (1873); Emancipadora Parahybana (1883); Núcleo Abolicionista (1884); A Emancipadora 25 de março (1885); e Centro Libertador Rui Barbosa. Dessas, foi encontrado uma notícia do falecimento de uma das sócias da Emancipadora Parahybana, publicada no jornal que a mesma instituição possuía denominado de *O Emancipador: Órgão da Emancipadora Parahybana* – mantido por um grupo de abolicionistas formado por homens e mulheres<sup>20</sup>.

Não foi localizada a participação de mulheres nas demais associações abolicionistas paraibanas desse período. Mas em relação à Instituição de Caridade S. João Evangelista, o discurso de inauguração da sociedade abolicionista proferido por Maria Gayoso se encontra na Seção Noticiário e ocupa cerca de três colunas em duas páginas do jornal *O Cearense*, divulgado em uma terça-feira do dia 26 de janeiro de 1864. Estas foram algumas de suas palavras:

Senhores: – Há muito tempo que trabalho no meu pensamento a criação de uma associação que cure da maior chaga, que existe na sociedade, infelizmente hoje mesmo, no século das luzes, no século do progresso – a escravidão – [...] O escravo, senhores, não é pessoa, é cousa, é objeto possuído; ou melhor, o escravo, se tem filhos, não são seus; se tem mulher, não é sua; esses entes queridos pertencem a seu

<sup>19</sup> *O Publicador*, 1864, p. 3-4.

<sup>20</sup> *O Emancipador*, 1883, p.4.

senhor que os vende, que caprichosamente lh'os arrancam dos braços; o escravo não respira o ar que respiram até os irracionais, não come quando tem fome, não bebe quando tem sede, não dorme, quando está exausto, sofre mesmo quando o coração lhe exala de desespero. O escravo só faz tudo isto, quando o senhor consente. Salvemos, pois, o maior número, que podemos, desses infelizes á miserabilíssima sorte que os oprime [...] O nome da sociedade por mim lembra-lo é – Caridade de S. João Evangelista. – Aqui, senhores, cumpre-me pedir-vos desculpas de procurar ligar o nome do meu filho João Evangelista á criação de uma associação, que, espero, não se extinguirá tão cedo como ele [...] Agora que me ouvistes, desejo saber se me compreendestes, se aprovais o que expus, se posso contar com o vosso apoio dedicado para esse maior empenho de minha alma; assim como vós senhoras mães de família da Parahyba, cujo auxilio encarecidamente invoco <sup>21</sup>.

Pode-se compreender do discurso de fundação da associação, pelo menos, quatro principais aspectos enfatizados por Maria Gayoso: primeiro referente à origem de criação da instituição abolicionista, que segundo ela, teria surgido a partir de seus próprios pensamentos. O que indica uma atitude de consciência política partida da experiência de uma mulher, contrariando, assim, os discursos do período em que representavam as mulheres fora do espaço público, onde se debatiam questões políticas e sociais.

O segundo aspecto está relacionado ao destaque que dá à condição inferiorizada dos escravizados na sociedade, sendo considerados como indigentes e, por isso, necessitavam de ajuda para se verem livres do jugo da escravidão. Terceiro, justifica a ligação existente entre o nome do seu filho falecido prematuramente ao da Instituição. Tendo ou não a intenção, ela estava, dessa forma, vinculando sua vida privada com o espaço público, agindo por meio do sentimento de caridade, de filantropia e consciência política que tinha.

Ao final do discurso evidencia-se o quarto aspecto alusivo ao pedido de apoio da população, tanto aos homens como às senhoras mães de família da Província da Parahyba do Norte. Dessa forma, Maria Gayoso abria espaço para que mais mulheres pudessem estar vinculadas à causa e exercer seu papel social na política da época. Nesse sentido, Alonso afirma que, “ao envolver mulheres e crianças, o movimento atacou a escravidão onde ela era tão forte quanto silenciosa: em casa. Politizou a vida privada”.<sup>22</sup>

No artigo 41 do estatuto da Associação de Caridade de São João Evangelista estava determinado que “para as alforrias serão, em igualdade de circunstâncias, preferidas as mulheres aos homens, as que tiverem filhos às que não tiverem, as casadas às solteiras” <sup>23</sup>.

<sup>21</sup> *O CEARENSE*<sup>#</sup>, 1864, p. 1-2.

<sup>22</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 83.

<sup>23</sup> *O PUBLICADOR*, 1864.

Assim, a prioridade era dada às mulheres casadas e com filhos, possivelmente, porque essas carregavam consigo um grau de afetividade com seus parentes, sobretudo, seus filhos, e que despertava maiores necessidades pela busca da liberdade em viver essas relações maternas. Ainda de acordo com Silva, também “as pessoas escravizadas que possuíssem parte do dinheiro necessário eram preferidas”.<sup>24</sup>

A notícia abaixo é exemplo de publicação sobre uma das reuniões que aconteciam na associação:

#### A PEDIDO

##### Sociedade “Caridade de S. João Evangelista”

Pela diretoria da sociedade Caridade de S. João Evangelista se faz público, que na sessão de 10 de abril próximo passado foram definitivamente aprovados os estatutos da mesma sociedade; e procedendo-se na mesma sessão a eleição da diretoria efetiva, que tem de funcionar até 27 de dezembro do corrente ano, recaio a votação sobre os seguintes:

Presidente efetivo – a Exma. Sra. D. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso... 29 votos. Vice-presidente efetivo – o illm. Sr. Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso... 27 votos. Secretario – Jose Antonio Baptista... 27 votos. Procuradores – Francisco Antonio Aranha Chacon... 26 votos. Manoel Odorico Cavalcanti de Albuquerque... 26 votos. João Pinto Monteiro e Silva... 25 votos. Tesoureiro – Custódio Domingues dos Santos... 24 votos. Vice-presidentes honorários, – o Exma. Barão de Mamanguape... 25 votos. José da Silva Coelho... 24 votos. Commendador João José Innocencio Poggi...20 votos. Dr. Felisardo Toscano de Britto...18 votos.

Forão na mesma sessão decretadas as alforrias dos escravos Benvinda, com 22 annos de idade, de D. Anna Joaquina Tavares Franco, e Raymunda, com 36 annos, dos herdeiros de Dr. Manoel Corrêa Lima: passaram-se as cartas de liberdade pelos respectivos senhores, com as declarações exigidas pela sociedade, sendo marcadas, de conformidade aos artigos. 20 e 8, e 43 dos respectivos estatutos, as quantias de 36\$000 para a mencionada escrava Raymunda, e a de 40\$00 para a escrava Benvinda, para auxilio dos fins da sociedade.

O secretário. Jose Antonio Baptista<sup>25</sup>.

Na lista que compunha os sócios da associação vemos nomes importantes, como os do Barão de Mamanguape, o Comendador João José Innocencio Poggi e o então Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte e chefe do Partido Liberal Progressista, Felisardo Toscano de Britto. Há, inclusive, uma notícia no jornal que mostra a rede de sociabilidade que havia ao redor de um dos fundadores da Associação e informa que o Sr. Dr. Chefe de Polícia Antonio de Britto Souza Gayoso – marido da Senhora Fundadora da Instituição e Vice-Presidente da Associação –, participou de um jantar oferecido pelo Partido Liberal Progressista ao Chefe do

<sup>24</sup> SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição na Parahyba do Norte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, João Pessoa, 2016, p. 56.

<sup>25</sup> O PUBLICADOR, 1864, p. 3. Grifos meus.

Partido Liberal Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Brito. “De onde [Antonio Gayoso] foi saudado com o quarto brinde no jantar”<sup>26</sup>.

Ao final desta reunião, foram concedidas alforrias a duas escravizadas: a mais nova com 22 anos, de nome Benvinda ao custo de 40\$000 reis e a mais velha de 40 anos chamada Raymunda por 36\$000 reis. Os proprietários das escravizadas pagavam o custo das cartas de liberdade, dinheiro esse visto como um auxílio para pagamento das despesas da Associação. Esse pagamento faz da dita “benfeitoria” da Instituição ser contraditória, uma vez que as alforrias só eram concedidas por meio da arrecadação de dinheiro, seja enviados pelos proprietários ou dos/as próprios/as escravizados/as.<sup>27</sup>

Diante disso, é importante que a figura de Maria Gayoso seja entendida como uma mulher que participou ativamente no movimento que lutava pelo fim da escravidão no Brasil. O abolicionismo no Brasil foi um movimento político e social da segunda metade do século XIX, em que parlamentares e civis promoviam estratégias para conceder liberdade aos escravizados/as.

Alguns autores afirmam que o movimento abolicionista teria iniciado no final da década de 1870, a exemplo de Evaristo Morais, autor do livro *A Campanha Abolicionista*, publicado em 1824. No entanto, este trabalho segue a corrente historiográfica em que Alonso (2015) foi a pioneira ao situar o início do movimento abolicionista na década de 1860, mais especificamente entre os anos 1868-1888. A partir do exemplo de Maria Gayoso propõe-se um recuo nesta delimitação, já que ela pode ser considerada um exemplo de abolicionista que atuou, na Província da Parahyba do Norte, pelo menos desde 1862, quando se articulou para que fosse fundada a primeira Associação Abolicionista que alforriava escravizados/as e ajudava órfãos/ãs e necessitados/as.

### Considerações Finais

Para Alonso, “trazer à cena indivíduos que viveram o conflito dá rosto à enorme teia de ativismo. A abolição não se faria por si, pelo desenvolvimento da economia ou por decisão solitária do sistema político”.<sup>28</sup> A participação de mulheres em associações abolicionistas,

---

<sup>26</sup> *O PUBLICADOR*, 1864, p.2.

<sup>27</sup> Os artigos que regulam as formas de pagamento pelas alforrias concedidas estão presentes nos estatutos da Instituição, que foram divulgados em sua íntegra no *O Publicador*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&Pesq=%22evangelista%22&pagfis=150>. Acesso em 03 de nov. 2022.

<sup>28</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 10.

inclusive ocupando cargos na administração, revela a atuação da figura feminina em ambientes importantes da sociedade, onde podiam expressar sua voz política e lutar pela liberdade de outras mulheres que detinham a condição de cativas.

O pioneirismo de Maria Gayoso com a Sociedade de Caridade S. João Evangelista é exemplo de grande destaque da presença de uma mulher atuante no movimento abolicionista na Parahyba do Norte, feito esse que merece destaque na historiografia brasileira, por sua história de enfrentamento às amarras da sociedade patriarcal e escravagista na qual viveu.

Contudo, a sua imagem chega ao século XXI com pouco reconhecimento na historiografia. Nas pesquisas de grande relevância como a de Alonso, na obra “Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)”, há em anexo uma lista com os nomes das associações abolicionistas em atividade entre o período de 1850-1888, a qual Maria Gayoso e sua instituição não são mencionadas. Seu nome também fica ausente do “Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade”, dos autores Brazil e Shumahr, publicado nos anos 2000, e que traz nomes de mulheres abolicionistas do século XIX.

Pode-se pensar na dificuldade em encontrar farto acervo de fontes para que a história de Maria Gayoso pudesse ser contada, mas esse não é bem o caso quando se trabalha com os jornais paraibanos da época, meio em que seu nome aparece nas muitas notícias que circulavam tanto dentro, quanto fora da província. Ainda mais quando há periódicos do período disponibilizados digitalmente no acervo da *Hemeroteca Digital*. No entanto, de fato, o que precisa ser visto na historiografia é a importância de ter pesquisas voltadas ao estudo de mulheres como Maria Gayoso – figura fundamental para compreender o espaço ocupado pelas mulheres oitocentistas na Província da Parahyba do Norte, bem como para romper com o silenciamento de experiências femininas que foram importantes nas causas sociais e políticas do século XIX.

A atuação de Maria Gayoso na luta pelo fim da escravidão foi possível pela teia de relações que estabeleceu no seu círculo social, dentro e fora da província da Parahyba do Norte, já que muitos sócios da instituição eram de outras províncias do Império. Nesse sentido, Perrot afirma que “nenhum processo histórico age por si mesmo. Supõe complexas interações em que as mulheres desempenharam seu papel ora individualmente, ora coletivamente”.<sup>29</sup>A fundadora da Caridade de S. João Evangelista exerceu seu papel individual quando se lançou na campanha abolicionista após um assunto doméstico: a morte

---

<sup>29</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Fundação Editora da UNESP – Prismas, 1998, p. 89.

do seu filho. Ao mesmo tempo em que integrava coletivamente, junto com outros homens e mulheres, a organização de uma entidade que resultou na libertação e acolhida dos mais necessitados do seu tempo.

Assim como Maria Gayoso, mulheres de outras províncias também fundaram, presidiram e participaram de Associações abolicionistas. Foram os exemplos de Elisa Faria Souto – presidente das Amazonas Libertadoras, em Manaus (1884); Elvira Pinho – principal articuladora da Sociedade Abolicionista Cearenses Libertadoras, no Ceará (1879) e a negra Brandina – atuou no movimento abolicionista na Cidade de Santos, São Paulo, na segunda metade do século XIX.

### Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão as mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sellera – São Paulo: Cultrix, 2019.

MACENA, Fabiana Francisca. *Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2015.

MUNIZ, Diva. do C. Gontijo. *Sobre História e Historiografia das Mulheres. Caderno Espaço Feminino*, 31(1). Disponível em: <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>. Acesso em 26 de agosto de 2022.

NUNES, Etiane Carvalho. *A participação de mulheres na campanha abolicionista de Pelotas (1881-1884)*. XV Encontro Estadual de História ANPUH-RS: História e Resistências. Universidade de Passo Fundo, 2020, p. 1-16.

*O Cearense* (1864), Ceará. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 16 setembro de 2022.

*O Publicador* (1864-1869), Paraíba. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 02 de junho de 2022.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Fundação Editora da UNESP – Prismas, 1998.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição na Parahyba do Norte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, João Pessoa, 2016.

SOUTO, Pedro Nicácio. *As últimas décadas da escravidão na Parahyba do Norte (1860-1910)*. São Paulo, Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2021.